

REFORMA DO CALENDÁRIO

O calendário correntemente em uso na maioria das nações, o Gregoriano, é o resultado de uma reforma no calendário em 1582, que corrigiu duas suposições errôneas do calendário Juliano, que tinha estado em uso desde 45 a.C. — isto é, o ano que contém exatamente $365 \frac{1}{4}$ dias e que 235 meses lunares são equivalentes a 19 anos solares. Esta revisão corrigiu um erro acumulado de dez dias e evitou que o calendário saísse mais da linha das estações.

Nem o calendário Juliano nem o Gregoriano interferiram no ciclo semanal. A respeito da reforma do Calendário Juliano pelo Papa Gregório XIII em 1582, declara-se: “*Desta forma, fez-se toda proposição imaginável, somente uma idéia nunca foi mencionada, a saber, o abandono da semana de sete dias*”. *The Catholic Encyclopædia*, vol. 9, p. 251, art. “*Lilius*”. “*Deve ser ressaltado que no período cristão, a ordem dos dias da semana nunca foi interrompida. Dessa maneira, quando Gregório XIII reformou o calendário, em 1582, 4 de outubro, quinta-feira, foi seguido por uma sexta-feira 15 de outubro. Portanto, na Inglaterra, em 1752, 2 de setembro, uma quarta-feira, foi seguida por uma quinta-feira, 14 de setembro*” *The Catholic Encyclopædia*, vol. 3, p. 740 art. “*Chronology*”.

Entre as centenas de propostas feitas para melhorar o calendário Gregoriano, somente umas poucas têm recebido atenção. Entre essas, estão o **Calendário Perpétuo** de Edwards, delineado por Lt. Com. Williard E. Edwards, da Marinha dos Estados Unidos, e o **Calendário Mundial**. Ambos têm 12 meses, divididos em quatro trimestres de 91 dias de três meses cada um, contendo 30-30-31 no calendário Mundial. Os 12 meses contêm 364 dias, deixando um “dia vago” (dois em anos bissextos) fora do cômputo dos meses e das semanas. Uma proposta mais anterior, dos idos da década de 1920 e 1930, foi o plano de Moses B. Cotsworth, que, por causa de forte apoio financeiro de George Eastman, fabricante da milionária Kodak, veio a ser conhecido como o Calendário **Eastman**. Este calendário tinha 13 meses, cada um começando do domingo e contendo exatamente quatro semanas (28 dias), fazendo 13 meses conter 364 dias.

As vantagens pretendidas pelos patrocinadores desses calendários são comerciais, econômicas, estatísticas e mais recentemente, religiosas. A adoção do Calendário Mundial, que é um dos mais fortemente promovidos atualmente, irá:

- (1) Determinar perpetuamente o ano;
- (2) Preservar e amplamente igualar os 12 meses;
- (3) Preservar e igualar os meios-anos;
- (4) Preservar e igualar os quartos de anos;
- (5) Agrupar os meses uniformemente dentro dos trimestres;
- (6) Prover 13 semanas completas dentro de cada trimestre e agrupar uniformemente essas semanas;
- (7) Reduzir a desigualdade entre os meses de três dias para um só dia, e estabelecer um mês útil;
- (8) Estabelecer as datas da Páscoa, Natal e outros feriados religiosos.

Opositores ao Calendário Mundial, entre os quais estão os ASD, dizem que ele:

- (1) Preocupará costumes e hábitos religiosos estabelecidos;
- (2) Substituirá a semana histórica por um ciclo semanal artificial e espúrio;
- (3) Criará novas controvérsias religiosas;
- (4) Exaltará o materialismo às expensas da consciência e da religião;
- (5) Criará dificuldades trabalhistas para milhões de conscientes observadores do Sábado e do Domingo que seriam forçados a observar seus dias de descanso em dias de trabalho da semana durante a maioria dos períodos de sete anos;
- (6) Causaria problemas educacionais para milhões de estudantes e professores que não assistiriam às aulas no sétimo dia ou no primeiro dia da semana histórica.

Dois outros calendários que têm algum apoio obteriam a maioria dos objetivos das propostas citadas acima sem interromper um ciclo semanal. Um deles, chamado **Calendário do Jubileu** foi proposto por Cecil L. Woods, preceptor do Pacific Union College (1948-1954), cômputo conveniente do ano de 364 dias, e inseriria 71 semanas intercaladas no calendário dentro de um período de 400 dias de acordo com a seguinte regra: uma semana é intercalada entre a última de dezembro e a primeira de janeiro no início dos anos divisíveis por 5, exceto os que terminassem em 25 ou 75, ou divisíveis por 400. Esta semana teria um nome especial — Semana do Jubileu, e poderia ser considerada a primeira semana do Ano Jubileu, mas não como uma parte de qualquer mês ou trimestre. Os registros para a semana seriam mantidos separadamente, tornando o resto do ano comparável com todos os outros anos de 364 dias. Outro Calendário do Jubileu foi proposto por grande número de corporações judaicas. Ele difere da proposta de Woods em sua intercalação das 71 semanas nos 400 anos em intervalos de cinco ou seis anos em seqüências regulares.

O plano de Woods foi submetido à Associação Mundial de Calendários pelo Dr. Alvin S. Johnson, secretário da Associação de Liberdade Religiosa, em 8/01/1951, como um plano de compromisso que poderia

assegurar o apoio dos ASD e dos judeus e das organizações guardadoras do domingo a quem a observância de um dia particular é importante. O princípio de avaliação de 15 páginas do Calendário do Jubileu foi enviada a Johnson e Woods em março de 1951. O relatório citava Dr. Smith Leiper, secretário associado geral do Conselho Mundial de Igrejas:

Será o Calendário Mundial, que estabelece nossos dias de acordo com linhas matemáticas e científicas, negado ao mundo por causa de grupos minoritários? Devem todos os nossos dias continuar a vaguear pelo calendário a fim de prevenir um dia vagueando pela oposição de uma minoria por causa de sua religião particular?

“É difícil conceber,” dizia o relatório, “que o Deus Todo-Poderoso escolheria um dia como de mais valor e importância do que outro”.

Vê-se que o relator desconhecia a Bíblia sobre este assunto.

História. A reforma do calendário no século XX recebeu seu impulso de um estatístico, Moses B. Cotsworth (1859-1943). Desafiado pela distribuição desigual do tempo nos meses do calendário Gregoriano, ele estabeleceu que criaria um calendário que se prestaria a análises estatísticas comparativas mais exatas. Seu novo calendário, descrito acima, recebeu seu primeiro endosso em 1909 da Sociedade Real Canadense. Encorajado, Cotsworth organizou a Aliança Fixa do Calendário Internacional e em 1923 ou 1924 assegurou o apoio financeiro de George Eastman.

Enquanto isso, outros indivíduos e organizações começaram a estudar o assunto. Notáveis entre estes estavam a União Astronômica Internacional, que em 1922, decidiu que alguma revisão do calendário seria desejável, embora não tenha aprovado um plano específico de revisão. Aproximadamente ao mesmo tempo, a Câmara Internacional de Comércio aprovou uma reforma no calendário e requereu que a Aliança das Nações apontasse uma comissão especial para estudar o problema.

Quando foi criada tal comissão em 1923, reformadores do calendário começaram a mandar seus planos. Dos mais ou menos 185 (algumas fontes dão 187) planos estudados, somente três foram considerados dignos de atenção. Um destes era o plano de Cotsworth. Determinando que o próximo passo em direção da reforma do calendário seria o surgimento de interesse público generalizado na questão, a comissão remendou em 1926 que as nações membros da Aliança apontassem comissões para considerar a revisão do calendário, cada nação tendo que relatar mediante esta comissão a uma associação internacional na qual a forma final do calendário mundial poderia ser adotada. A comissão concordou unanimemente “que nenhuma reforma pode ser efetuada sem o consentimento de todos, ou de quase todas as corporações importantes interessadas, entre as quais ‘grupos religiosos’ foram colocados por primeiro”.

Em 1928, a União Pan-americana, reunindo-se em Havana, recomendou não somente que as nações membros apontassem comissões nacionais para a simplificação do calendário mas que também realizassem uma conferência internacional. Conseqüentemente, em dezembro de 1928, foi apresentada uma resolução no congresso dos Estados Unidos autorizando o Presidente a convocar tal conferência internacional ou a aceitar em favor dos Estados Unidos um convite de outras nações para assistir a tal conferência. Esta circular — conhecida como Resolução da Junta 334 — apresentou a questão da revisão essencialmente em termos do plano Cotsworth.

Quando audiências públicas sobre a circular foram realizadas perante a Câmara da Comissão dos Interesses Comuns, líderes ASD uniram-se com outros grupos para se oporem ao endosso de uma proposta que preocuparia o ciclo semanal. Protestos contra o aspecto do “dia vago” do plano foram tão eficientes que resoluções semelhantes apresentadas à Câmara de Representantes em 15 de março e 20 de março de 1929, omitiram o preâmbulo favorecendo o estratagema do “dia vago”. Nenhuma dessas resoluções passou. Nunca mais tal resolução recebeu consideração pública nem pelo Congresso nem por qualquer de suas comissões.

Em julho de 1928, uma Comissão de Calendário foi trazida à existência, tendo George Eastman como presidente. Por não serem os Estados Unidos membros da Aliança das Nações, esta comissão não teve *status* oficial. Em outubro de 1931, a questão da reforma do calendário foi submetida à Quarta Conferência Geral da Comissão de Comunicações e Trânsito em Genebra. Estavam presentes 111 delegados de 42 países. Onze líderes ASD estavam presentes para se oporem ao plano: Charles Longacre, secretário da Associação Internacional de Liberdade Religiosa; Jean Nussbaum, França; Arthur Maxwell, Associação Geral; L. L. Caviness e S. Rasmussen; do Sul da Europa; R. A. Anderson, Austrália; A. Vollmer, Alemanha; G. E. Nord e P. G. Nelson, países Escandinavos; T. T. Babienco, Estados Bálticos, e J. I. Robison, Divisão da África do Sul. A comissão não tomou nenhuma decisão, dadas três razões: o estado conturbado do mundo, oposição religiosa pronunciada, e falta de acordo entre as revisões do calendário.

A reforma do calendário de 1930 a 1960 foi, em grande parte a história, de uma mulher americana, Elisabeth Achelis, e a organização fundada por ela em 1930, a Associação do Calendário Mundial dos Estados Unidos. Precursora ardorosa do “plano de doze meses e trimestres iguais”, que ela renomeou de Calendário

Mundial, que dizia ter ouvido uma voz lhe dizer: “Você deve trabalhar por este plano”, investiu sua vasta fortuna e talentos na causa da reforma do calendário.

Durante 1930, a Associação Mundial do Calendário arrolou entre 2.000 e 3.000 membros, e começou a publicar um trimestral *Jornal da Reforma do Calendário*. Esta foi a primeira tentativa de promover um estudo contínuo do calendário na mais ampla base internacional. Em 1956, a associação tinha 10.000 membros. Organizações subsidiárias tinham sido estabelecidas na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, México, Panamá, Uruguai, Peru, Colômbia, Bélgica, Inglaterra, Alemanha, França, Dinamarca, Hungria, Irlanda, Itália, Espanha, Suíça, Turquia e mais outras partes.

A Sra. Achelis deixou o cargo de presidente em abril de 1956, apenas para dedicar seu tempo integral em persuadir as autoridades americanas a apoiarem o Calendário Mundial perante as Nações Unidas. Naquele ano, o quartel general também foi transferido de Nova Iorque para Ottawa, Canadá, e a organização foi renomeada como Associação Internacional do Calendário Mundial. O presidente é Arthur J. Hills.

Derrotas notáveis foram sofridas pelos partidários da reforma do Calendário, como a derrota de duas circulares na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos durante os últimos anos da década de 1940. A circular H. R. 1.242, apresentada em 23 de janeiro de 1947, por José R. Farrington, Delegado do Hawaí, pediu ao congresso que aprovasse a adoção do “Calendário Perpétuo de Edwards” para uso nos Estados Unidos e em todo o seu território, começando em 1 de janeiro de 1950. A H. R. 1.345, apresentada à Câmara de Representantes em 27 de janeiro de 1947, pelo delegado John Kee, do quinto distrito de Virgínia, pediu ao congresso que aprovasse a adoção do “Calendário Mundial”. Ambos pediram para que o presidente pusesse seus projetos perante as Nações Unidas, com a recomendação de que fosse aprovado pela Assembléia Geral para uso no mundo inteiro na mesma data, 1 de janeiro de 1950.

Reveses mais ferinos foram sofridos em 1950, 1954, 1956 diante das Nações Unidas. Em 1950, o Comitê dos Quinze das Nações Unidas recusaram considerar o plano do Calendário Mundial. Trabalhando com os delegados estavam os seguintes líderes ASD: Jean Nussbaum, do Sul da Europa, Países Baixos, Polônia e Haiti, Arthur Maxwell pelo Reino Unido; G. Arthur Keough pelo Oriente Médio; C. P. Sorensen, pelo Extremo Oriente; B F. Perez pelo México, América Central e América do Sul; H. L. Rudy pelo Canadá; L. G. Mookerjee pelo Sul da Ásia; Frank H. Yost pelos Estados Unidos.

Em 1954, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas considerou uma proposta para a revisão do Calendário (O Calendário Mundial) pela Índia e pela Iugoslávia. O Conselho, em uma resolução de compromisso, referiu a questão ao governo representado nas Nações Unidas, para “estudar o problema e fornecer seus pontos de vista antes de 1955”. As posições dos governos deveriam então ser consideradas na sessão de 1955. Dos 41 governantes que responderam ao questionário, somente cinco foram favoráveis ao plano. Esta decisão estabeleceu as bases para uma enfática recusa da proposta do Calendário Mundial.

Três dias antes do Conselho Econômico e Social iniciar sua vigésima primeira sessão em Nova Iorque no dia 17 de abril de 1956, a Associação do Calendário Mundial escreveu ao presidente do Conselho pedindo que o item do calendário fosse retirado da agenda. Por causa da falta de interesse ou desaprovação nas respostas recebidas das nações aos questionários enviados pelo Secretário das Nações Unidas, a Associação pensou ser aconselhável postergar a discussão da questão.

O conselho por 15 votos contra 3 abstenções (Checoslováquia, Canadá e URSS), adiou por tempo indeterminado, sem consideração, o plano para a reforma do Calendário Gregoriano. A proposta para o adiamento foi feita pelos representantes dos Países Baixos, que diziam ter havido até o presente insuficiente apoio em todo o mundo para justificar a adoção de um novo calendário mundial. Das 33 nações que responderam, três aprovaram: Mônaco (se universal), Nepal, e Tailândia. Dois, Iugoslávia e Irã, recomendaram estudo posterior. Cinco — Chile, Colômbia, Costa Rica, Irlanda Paraguai — sentiram que nenhum estudo deveria ser realizado ou ser aprovada nenhuma proposta sem conformidade com a Igreja Católica Romana. Vinte e duas nações se opuseram: Nova Zelândia, União da África do Sul, Austrália, Burma, Finlândia, Israel, Itália, Japão, Suíça, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Países Baixos, Paquistão, Filipinas, Portugal, Canadá, China, França, Noruega, Suécia, Bélgica, Dinamarca, Líbano, México e Síria.

No dia 21 de março de 1956, os Estados Unidos apresentaram sua posição através da seguinte publicação do Departamento do Estado:

O governo dos Estados Unidos não favorece qualquer ação pelas Nações Unidas de revisão do Calendário atual. Este governo não pode, de maneira alguma, promover uma mudança de tal natureza, que afetaria intimamente cada habitante deste país a menos que tal reforma fosse favorecida por uma maioria substancial dos cidadãos dos Estados Unidos decidido através de seus representantes no Congresso dos Estados Unidos. Não há nos Estados Unidos evidência de apoio para tal reforma. Um grande número de cidadãos Norte-americanos se opõe ao plano para a reforma do calendário que agora está diante do Conselho Econômico e Social. Sua oposição está

baseada em razões religiosas, sendo que a introdução de um “dia vago” no fim de cada ano romperia o ciclo do sétimo dia sabático.

Além disso, este Governo defende que não seria apropriado para os Estados Unidos, que representa muitas crenças religiosas e sociais de todo o mundo, patrocinar qualquer revisão do calendário existente que conflitaria como os princípios de importantes crenças religiosas.

Este Governo, recomenda que nenhum estudo posterior do assunto deveria ser realizado. Tal estudo requereria o uso de força humana e fundos que poderiam ser mais úteis se dedicados a tarefas vitais e urgentes.

A Associação Internacional do Calendário Mundial agora parece cônica de que qualquer reforma do calendário deve ter forte apoio religioso e alterou suas táticas para enfatizar benefícios religiosos mais do que os benefícios comerciais e estatísticos do Calendário Mundial.

Votou-se incluir a reforma do calendário na agenda do Concílio do Vaticano II (Aberto em 1962).

O objetivo dos reformadores do calendário dentro do Vaticano parece, basicamente, ser estabelecer a data da *Páscoa e desta maneira aumentar a chance de união, inicialmente entre o Papado e as igrejas Cristãs Ortodoxas orientais — cuja observância da Páscoa em data diferente da observada em Roma é uma pedra de tropeço para a unidade — e eventualmente com o restante da Cristandade. A reforma do conselho do Cardeal Amleto Cicognani, presidente da Comissão Preparatória das Igrejas Orientais, é essencialmente o plano do Calendário Mundial. O Calendário sugerido incorpora os dias familiares vagos, o dia extra de cada ano sendo referido como um “Feriado Mundial”, e o dia extra dos anos bissextos como “Dia Bissexto”.

A segunda sessão do concílio, por votação de 2.058 a 9 (1 em branco), fez estas recomendações na forma da emenda ao quinto capítulo do esquema do concílio sobre a liturgia, aqui traduzido do texto Latino.

Uma Declaração do Segundo Concílio Ecumênico do Vaticano sobre a Revisão do Calendário. O Segundo Sagrado Concílio Ecumênico do Vaticano, reconhecendo a importância dos desejos expressos por muitos concernentes à determinação da Festa da Páscoa a um domingo fixo e a respeito de um calendário imutável, tendo considerado cuidadosamente os efeitos que poderiam resultar de uma introdução de um novo calendário, declara o seguinte:

1. O sagrado Concílio não objetaria se a festa da Páscoa fosse determinada a um domingo específico do calendário Gregoriano, salvo que aos que possa interessar, especialmente os irmãos que não estejam em comunhão com a Diocese Apostólica, dêem sua aprovação.

2. O Sagrado Concílio de igual modo declara que não se opõe aos esforços despendidos para introduzir um calendário perpétuo na sociedade civil.

Mas entre os vários sistemas que estão sendo sugeridos para estabelecer um calendário perpétuo na vida civil, a Igreja não tem objeções somente no caso de esses sistemas, que preservam e salvaguardam uma semana de sete dias com o domingo, sem a introdução de quaisquer dias além da semana, para que a sucessão de razões possa ser deixada intacta, a menos que haja uma questão de razões mais sérias. A respeito desta a Diocese Apostólica julgará.

A reforma do calendário continua a ser estudada no Vaticano depois da decisão do Concílio do Vaticano II apoiando o ciclo atual da semana. *L'Osservatore Romano* (Nº 95, p. 3., 24 de março de 1964), advoga um dia intercalado. O escritor Serafino M. Sarb, defende dias intercalados no passado. *La Civiltà Cattolica* (Anno 115, 20/06/1964) sugere que o Dia de Natal seja um dia “vago”, fora da semana, assegurando a observância religiosa de um dia extra. Desta maneira, pensava-se que a interrupção do ciclo semanal não seria objetável às autoridades religiosas cristãs. Outro artigo em *L'Osservatore Romano* (nº 155, 8 de julho de 1964, p. 7) revisa o problema do calendário e as várias sugestões sem advogar qualquer plano particular embora não declarando nenhuma objeção séria ao dia vago. O objetivo principal da Igreja Católica Romana é obter uma data fixa para a Páscoa.

Um livro, *La Misura do Tempo* (1969), do Prof. G. Imbrighi, erudito do Vaticano, escreveu uma história do calendário e sugeriu que um dia “vago” resolveria os problemas do presente calendário Gregoriano.

Teoria dos Cinquenta Dias. Esta hipótese declara que havia sete dias “vagos”: no calendário Judaico anterior ao reinado de Salomão. Proposto pelo Prof. Julius Lewy e sua esposa, Dra. Hildegard Lewy, esta teoria recebeu ampla circulação pelo Rabi Julian Morgenstern, antigo presidente do Hebrew Union College, em Cincinnati, EUA. O Dr. Morgenstern incluiu essa conjectura em um material para o *The Interpreter's Dictionary of The Bible* (vol. 4, artigos “Sábado” e “Semana”). A teoria, baseada em Lev. 23:15, 16, postula 7 períodos de 50 dias mais 2 semanas de festivais em cada ano judaico. Cada um dos períodos compreendem sete semanas de 49 dias tendo o 50º dia fora do ciclo semanal. A Associação do Calendário Mundial deu a essa suposição ampla circulação.

Propostas Congressionais. Desde 1965, têm sido introduzidas propostas para uma mudança em cada sessão do Congresso dos Estados Unidos. Uma explicação detalhada do calendário inventada pelo Padre Evarist Kleszcz, foi impressa no *Congressional Record* de 26/01/1965. Este calendário não interrompe o ciclo semanal mas requer uma “semana bissexta” a cada 5 ou 6 anos. Circulares apoiando o Calendário Perpétuo de Edwards cessaram no comitê nos Congressos de número 85, 90, 91 e 93.

Circulares para o Calendário Gregoriano Ajustado, inventado por A. F. Beine, cessaram nos comitês 91 e 92 do Congresso. Em 1974, o Congressista Gilbert Gude (R-Md) propôs (H. R 14.092) que o 93º Congresso destinasse \$100.000 para o estudo do melhoramento do calendário. A circular não foi agendada por falta de interesse público.

Dias da Semana Renumerados. Em 1971, a Organização Internacional para Padronização (ISO) de Genebra, Suíça, recomendou (Resolução R 2.015) “para o propósito da renumeração da semana, o primeiro dia da semana será a segunda-feira”. Este plano não altera o calendário Gregoriano e mantém a seqüência do ciclo semanal sem interrupção. Porém, ele interrompe a numeração do calendário dos dias da semana designando a segunda-feira como o primeiro dia da semana, e domingo como o sétimo dia. No *Novo Testamento, o domingo é consistentemente referido como “o primeiro dia da semana”. A Finlândia adotou oficialmente este método do calendário para numerar os dias da semana.

Feriados de Segunda-Feira. O presidente Lyndon Johnson assinou o “Feriado de Segunda-Feira” Act. 28 de junho de 1968. Desde 1º de janeiro de 1971, quatro feriados sempre caem na segunda-feira. São eles: o dia do Presidente (3ª segunda-feira de fevereiro), *Memorial Day* (última segunda-feira de maio), *Columbus Day* (2ª segunda-feira de outubro), e o dia dos *Veteranos* (4ª segunda-feira de outubro).

Psicologia. Os ASD sentem que adulterar o calendário poderia preparar a mente dos homens para futura mudança. Embora nem a designação do domingo como o sétimo dia interfira no ciclo semanal, essas mudanças poderiam condicionar a mente para alterações mais substanciais. Homens que se acostumaram à mudança, poderiam ser inclinados a aceitar até o dia “vago” sem uma mente crítica.

SEMANA

É a divisão de tempo de sete dias, finalizada pelo sábado (Gên. 2:1-3). Os ASD vêem a evidência para a continuidade da semana no fato histórico do uso da semana através dos séculos (antes e depois do tempo de Cristo) pelos judeus vastamente espalhados, que não poderiam ter simultaneamente perdido a conta dos dias. Houve também uma pausa independente no alinhamento bíblico da semana com a semana astrológica pagã usada por muitos séculos, começando com os tempos helenísticos. A revisão no calendário não alterou a semana (1852).

Fonte:

Enciclopédia ASD.